

## Requião propõe à CPI que examine pagamentos feitos a empreiteiras

*Relator anuncia decisão de requisitar relatórios completos de transferências de dinheiro em favor dos fornecedores, efetuadas pelas prefeituras que emitiram títulos para saldar dívidas judiciais*

### Casildo Maldaner aponta perda de receita no campo

Em balanço feito ontem sobre a situação do setor agrícola desde a instituição do Plano Real, o senador Casildo Maldaner (PMDB-SC) apontou perdas ainda não repostas por medidas corretivas do governo. Ele defendeu "uma política agrícola nacional séria e de longo prazo, articulando ações em diversas áreas", pois, a seu ver, só assim o país terá condições de competir num mercado aberto e de corresponder ao aumento da demanda mundial por alimentos.

Para Maldaner, são motivos de apreensão proclamações da equipe econômica e do ministro da Agricultura quanto à necessidade de o setor atuar conforme as leis do mercado. "Sabemos que isso não ocorre sequer nos países capitalistas desenvolvidos, onde a agricultura é

fortemente subsidiada pelos respectivos governos", disse.

O senador destacou, entre as perdas impostas ao setor, a queda dos preços agrícolas, o aumento das dívidas dos agricultores devido às altas taxas de juros e o significativo crescimento da importação de alimentos. A safra de 94/95 rendeu quase 20% a menos que a anterior, os prejuízos com juros somaram cerca de R\$ 4 bilhões e as culturas do trigo, arroz e algodão foram completamente desestruturadas, observou.

É verdade que o governo adotou importantes medidas para reverter esse quadro, como a securitização de R\$ 6 bilhões das dívidas dos produtores rurais, a prefixação das taxas de juros em níveis condizentes e o anúncio de financiamento da ordem de R\$ 5,1 bilhões para a safra de 1997,



Casildo Maldaner

considerou Maldaner. No entanto, advertiu, boa parte do dinheiro disponível para financiamento da safra não está chegando ao produtor.

Segundo Maldaner, o indicador da necessidade de uma política nacional para a agricultura está nos seus níveis de renda. Na década de 80, conforme a Fundação Getúlio Vargas, a renda média do setor foi de R\$ 43 bilhões anuais, valor que decresceu para R\$ 26,7 bilhões em 1996.

O relator da CPI dos Precatórios, senador Roberto Requião, anunciou ontem que vai requisitar das prefeituras que emitiram títulos para saldar dívidas judiciais o envio ao Senado das listas de pagamentos efetuados a fornecedores e empreiteiros. Ontem, a prefeitura de Jundiá (SP) retirou um pedido de autorização para lançamento de títulos destinados à liquidação de precatórios. O senador Eduardo Suplicy pediu que o Banco Central examine uma pasta de documentos encontrada por ele e pelo senador Romeu Tuma em diligência na corretora Split, em São Paulo. Página 4

**Lobão sugere ouvir o povo sobre venda da Vale**

Página 3

### Suplicy: programa de renda mínima é sucesso nos estados e municípios



Eduardo Suplicy

O senador Eduardo Suplicy (PT-SP) afirmou ontem que o jornal *O Globo* mostrou, em reportagem publicada no último domingo, que programas de garantia de renda mínima a famílias pobres que mantêm filhos na escola já estão em funcionamento em dois estados, no Distrito Federal e em oito

municípios. "Esses programas são um sucesso onde são implantados", disse.

Depois de lembrar que o projeto de sua autoria que institui a renda mínima no país está tramitando na Câmara dos Deputados, Suplicy leu trechos da reportagem de *O Globo* onde se afirma que vem se transformando em realidade

de "o que parecia utopia: melhorar as condições de vida da população carente".

De acordo com a matéria, 27 mil famílias pobres já são atendidas por programas que complementam sua renda. Segundo a reportagem, 83 programas idênticos estão tramitando em prefeituras de todo o país.

# Alcântara pede solução duradoura para a seca

Observando que as condições climáticas deste ano apontam a possibilidade de um novo período de estiagem prolongada no Nordeste, senador defende a transposição do São Francisco

## Plenário aprova pesar pela morte do pai de Benevides

O plenário do Senado aprovou ontem requerimento do senador Lúcio Alcântara (PSDB-CE) solicitando inserção em ata de voto de pesar pelo falecimento, no dia 20 deste mês, de Carlos Eduardo Benevides, pai do ex-senador e ex-presidente do Congresso Nacional Mauro Benevides.

Lúcio Alcântara informou que Carlos Eduardo Benevides e seu irmão Eduardo elegeram-se, em 1934, deputados estaduais do Ceará, sob a legenda da Liga Eleitoral Católica, no momento em que a Assembléia preparava uma nova Constituição do estado.

Depois desse mandato, de acordo com Lúcio Alcântara, somente no pleito de 1974 Carlos Benevides retornou à Assembléia Legislativa do Ceará. Seus sucessores no Legislativo cearense, a seu ver, são os netos Carlos Benevides e Mauro Benevides Filho.

O senador Antonio Carlos Magalhães, na presidência dos trabalhos, associou-se às homenagens.

O senador Lúcio Alcântara (PSDB-CE) disse ontem que soluções concretas e duradouras devem ser buscadas para minimizar o problema da estiagem no Nordeste, em especial, no Ceará. O senador informou que as condições climáticas deste ano apontam para um novo período de seca prolongada na região.

Lúcio Alcântara ressaltou que as soluções devem ser buscadas com antecedência, de modo a evitar a tomada de decisões apressadas e paliativas, como, a seu ver, historicamente tem acontecido. Ele apontou o projeto de transposição das águas do rio São Francisco como medida fundamental para o enfrentamento da seca.

O senador frisou que é pre-



Lúcio Alcântara

ciso acelerar o andamento das obras de novos açudes no Ceará e dar maior velocidade ao projeto de integração de bacias, medidas que, ao lado da transposição do rio São Francisco, na sua opinião, resolverão o problema de abastecimento d'água no estado.

Lúcio Alcântara disse que o governo do Ceará está tomando diversas providências para minorar o efeito das secas previstas. Entre elas, destacou

a transferência das águas do açude Pacajus para o Pacoti, que resguardará Fortaleza.

Acabar gradativamente com a utilização de carros-pipa, afirmou Alcântara, também é uma meta do governo do Ceará, bem como a busca de mecanismos para tornar público o uso dos açudes, "construídos com dinheiro do governo e instalados em propriedades privadas".

O senador ressaltou também as medidas para a criação de empregos temporários em locais onde serão construídos reservatórios permanentes e em zonas desertificadas, nas quais estão previstos projetos de reflorestamento, conforme o Plano de Combate às Secas.

## Francelino destaca esforço em busca da superação de barreiras nas Américas

O senador Francelino Pereira (PFL-MG) apresentou ontem requerimento à Mesa pedindo que o Senado crie uma comissão temporária para participar da III Reunião dos Ministros de Comércio, em Belo Horizonte, de 13 a 17 de maio, que vai tentar definir o formato da Área de Livre Comércio das Américas (Alca).

Conforme Francelino, o objetivo da Alca é a eliminação

progressiva de todas as barreiras comerciais e de investimentos, em 34 países das Américas. O maior desafio dos governos americanos é reduzir as grandes disparidades econômicas e sociais do continente.

Francelino Pereira pediu a transcrição, nos Anais do Senado, de discurso do deputado Octávio Elísio, no qual ele lembra a recente viagem ao Brasil do presidente da Fran-



Francelino Pereira

ça, Jacques Chirac, que falou abertamente de uma aproximação do Mercosul com a União Européia.

## Agenda do Dia

### PRESIDENTE

Senador Antonio Carlos Magalhães

- 11h00 - Recebe Jorge Gerdau Johannpeter e dirigentes da Ação Empresarial
- 11h30 - Recebe parlamentares da Comissão de Comércio da Câmara dos Deputados dos Estados Unidos da América
- 12h - Recebe a senadora Benedita da Silva, acompanhada dos dirigentes do grupo Ododum
- 12h30 - Recebe Emilio Odebrecht
- 14h30 - Preside sessão não deliberativa do Senado

### PLENÁRIO

- 14h30 - Sessão não deliberativa do Senado

### COMISSÕES

Reunião de instalação de comissões mistas, quando serão eleitos os presidentes e vice-presidentes e designados os relatores das seguintes medidas provisórias:

- 10h - MP nº 1540-22/97, que dispõe sobre medidas complementares ao

Plano Real. Sala 03 - Ala Senador Alexandre Costa

10h - MP nº 1542-20/97, que dispõe sobre o cadastro informativo dos créditos não quitados de órgãos e entidades federais. Sala 15 - Ala Senador Alexandre Costa

11h - MP nº 1541-22/97, que dispõe sobre a amortização, juros e outros encargos decorrentes da extinção ou dissolução de entidades da administração pública federal. Sala 15 - Ala Senador Alexandre Costa

15h - MP nº 1551-20/97, que altera a legislação referente ao adicional ao frete para a renovação da Marinha Mercante e ao Fundo da Marinha Mercante. Sala 03 - Ala Senador Alexandre Costa

16h - MP nº 1550-37/97, que organiza e disciplina os Sistemas de Controle Interno e de Planejamento e de Orçamento do Poder Executivo. Sala 03 - Ala Senador Alexandre Costa

16h - MP nº 1548-29/97, que cria a Gratificação de Desempenho e Produtividade das atividades de Finanças, Controle, Orçamento e Planejamento. Sala 15 - Ala Senador Alexandre Costa

17h - MP nº 1547-28/97, que cria a Gratificação de Desempenho de Atividade de Fiscalização, e a Gratificação de Desempenho de Atividade de Proteção ao Voo. Sala 15 - Ala Senador Alexandre Costa

# Lobão quer ouvir povo sobre venda da Vale

*Ele propõe que governo adie por seis meses o leilão da estatal para que a sociedade e os próprios senadores possam melhor entender uma questão que "só técnicos do governo" entendem*

O senador Edison Lobão (PFL-MA) disse ontem que o governo deveria fazer uma pesquisa junto à opinião pública para saber se a Companhia Vale do Rio Doce (CVRD) deve mesmo ser privatizada. Para o senador, todos os argumentos sobre a venda da Vale demonstram a inoportunidade da privatização dessa empresa, do modo como está prevista.

Segundo Lobão, "são tímidas e desprovidas de objetivi-



Edison Lobão

dades as eventuais manifestações em defesa da transferência da estatal à iniciativa privada". Ele acrescentou que, mesmo na imprensa ou na divulgação de campanhas pró e contra a venda da Vale, as ale-

gações oficiais têm sido inconsistentes.

- O mínimo que os assessores oficiais deviam fazer, em face do repúdio de tantos à privatização da Vale do Rio Doce, seria consultar o povo sobre o assunto. Se não o fazem é porque, de antemão, já não lhes agrada a perspectiva do resultado de tal pesquisa plebiscitária - afirmou.

Na opinião de Edison Lobão, o argumento de que a Vale é uma empresa rentável

é fraco, e nem os técnicos governamentais sabem o valor real do patrimônio da empresa. Ele propôs que o governo deveria adiar por seis meses o leilão da estatal para que a sociedade e os próprios senadores possam melhor entender o assunto.

Em aparte, Benedita da Silva (PT-RJ) disse que, apesar da voz rouca das ruas e do esforço dos senadores, o governo ainda não se sensibilizou com a questão relacionada à Vale.



Josaphat Marinho

## Josaphat alerta para situação do Lloyd Brasileiro

Há mais de um ano em processo de liquidação, a empresa Lloyd Brasileiro está com dois navios no exterior sem combustível para retornar ao país, salários em atraso e falta de recursos para fazer qualquer tipo de pagamento, informou ontem o senador Josaphat Marinho (PFL-BA).

"Como não costumo frequentar gabinetes ministeriais", disse, o senador solicitou que a Mesa encaminhe ao ministro da Fazenda, Pedro Malan, para as providências cabíveis, correspondência da Federação dos Trabalhadores em Transportes Marítimos, Fluviais e Pescadores.

Segundo a federação relatou a Josaphat Marinho, os navios *Rio Açu* e *Rio Quari*, aportados, respectivamente, em Hong-Kong e Bangcoc, estão sem condições de retorno e de permanência, à falta de combustível e de recursos para a manutenção dos 28 tripulantes de cada navio.

## Alves sugere investigar processo de alienação

O senador José Alves (PFL-SE) pediu ontem que o Senado use suas prerrogativas para investigar o processo de alienação da Companhia Vale do Rio Doce (CVRD), cujo leilão está marcado para 29 de abril. A seu ver, a privatização da estatal "é apressada e sem consenso".

Segundo o senador, o governo não esclareceu devidamente o Congresso e a sociedade sobre a privatização da companhia. Para ele,



José Alves

os anúncios oficiais do BNDES são "capciosos", pois não explicam, por exemplo, que o poder público vai receber somente metade dos R\$ 10,3 bilhões, preço mínimo de venda, e que vai entregar também todas as jazidas em exploração, tais como o fer-

ro de Carajás e o ouro das áreas de Igarapé Bahia, além de outras áreas de negócios.

Para José Alves, a CVRD é uma empresa eficiente e rentável, e a União nunca levou prejuízo quando deu o seu aval para que ela tomasse empréstimos no exterior. "Há sete anos a União não põe um tostão na Vale, enquanto injetou, neste período, bilhões em bancos falidos, tendo dela recebido cerca de 270 milhões de dólares" - argumentou.



Antonio Carlos Magalhães recebe os jornalistas Murilo Mello Filho e Carlos Chagas

## Jornalista elogia trabalho da TV Senado

O presidente do Senado, Antonio Carlos Magalhães, recebeu na tarde de ontem, para uma visita de cortesia, três dirigentes do grupo Manchete, que comunicaram a intenção de realizar edição especial de sua revista semanal sobre o Congresso, sem qualquer ônus

para o Legislativo. Compareceram à audiência os jornalistas Carlos Chagas, diretor regional da TV Manchete, Murilo Mello Filho, responsável pelas revistas do grupo, e Sérgio Ross, da área administrativa.

Chagas elogiou a programa-

ção da TV Senado, e disse que por duas vezes a Manchete já aproveitou o sinal da emissora para realizar a transmissão direta de sessões da CPI dos Precatórios que entraram pela madrugada. "A resposta do telespectador foi excepcional", afirmou o jornalista.

## CPI DOS PRECATÓRIOS

# Requião propõe exame de pagamentos a empreiteiras

Relator suspeita que fornecedores estejam por trás do esquema e anuncia a existência de indícios de formação de quadrilha

Relator da CPI dos Precatórios, o senador Roberto Requião (PMDB-PR) disse ontem que vai requisitar das prefeituras que emitiram títulos para saldar dívidas judiciais que enviem ao Senado as listas de pagamentos feitos a fornecedores e empreiteiras. Como o grupo de funcionários da prefeitura de São Paulo que atuava nesse negócio diz ter trabalhado gratuitamente para várias administrações municipais, Requião suspeita que eles tenham recebido comissão de empreiteiras ou fornecedores.

O relator vai propor ainda à

CPI que requirite informações sobre todas as emissões de títulos para rolagem de dívida mobiliária feitas nos últimos dois anos, a fim de saber que deságios foram pagos, que corretoras intermediaram o negócio e quais foram os tomadores finais. Requião explicou que isso não resultará em mais trabalho para a CPI porque poderá ser feito via Cetip (Central de Custódia e Liquidação de Títulos).

Tendo passado todo o fim de



Roberto Requião

semana trabalhando em casa, no exame de documentos recolhidos pela CPI, o relator disse já dispor de indícios que apontam para "o caminho da formação da quadrilha".

Junto com os senadores Wilson Kleinübing (PFL-SC) e José Serra (PSDB-SP), Requião passará a Páscoa analisando esses documentos, enquanto a Polícia Federal prossegue em suas diligências junto às corretoras.

## Senadores descobrem outra empresa suspeita

O senador Eduardo Suplicy (PT-SP) pediu ontem que o Banco Central examine uma volumosa pasta de documentos por ele encontrada em diligência feita junto com Romeu Tuma (PFL-SP) na corretora Split, empresa em processo de liquidação por seu envolvimento com a negociação irregular de títulos públicos.

Suplicy disse que a pasta contém documentos de cobrança que a Split fazia por

meio de uma empresa chamada Paulista. O senador suspeita que essa pode ser mais uma empresa da cadeia de laranjas que se formou para fugir da vigilância da Receita Federal.

Se a Split trabalhava junto com a IBF Factoring, do sr. Ibrahim Borges Filho, é interessante averiguar por que 80% de suas cobranças eram feitas por essa empresa Paulista. É preciso ver se essa não é mais uma empresa de fachada - argumentou o senador.

Nessa diligência, ele e Tuma examinaram pilhas de documentos, mas puderam observar, segundo Suplicy, que muitos papéis já haviam sido retirados dali pelo dono da Split. Descobriram também uma lista manuscrita com nomes de bancos estrangeiros onde a Split tem contas. Conforme o senador, essa é mais uma razão para a CPI convocar para um novo depoimento o dono da corretora, Enrico Piccioto.

## Jundiaí retira pedido de títulos

A prefeitura do município de Jundiaí (SP) encaminhou ofício à presidência do Senado solicitando a retirada do seu pedido de autorização para lançamento de letras municipais, destinadas a pagar precatórios. O pedido foi atendido ontem mesmo.

Jundiaí vinha tentando lançar títulos há alguns meses, mas o senador Eduardo Suplicy (PT-SP) exigiu que o prefeito comprovasse com documentação da Justiça que havia precatórios a pagar. O prefeito desistiu do lançamento dos títulos.

## Conselho só age a pedido

O senador Casildo Maldaner (PMDB-SC), presidente do Conselho de Ética do Senado, afirmou ontem em plenário que o colegiado só agirá no caso de desentendimento entre os senadores Gilberto Miranda (PFL-AM) e Wilson Kleinübing (PFL-SC), noticiado pela imprensa, se for provocado ou pelas partes ou pela Corregedoria da Casa.

O conselho não pode agir por conta própria - explicou. Maldaner deu o esclarecimento no momento em que o senador Eduardo Suplicy (PT-SP) ocupava a tribuna e pedia ponderação aos senadores integrantes da CPI.

A SESSÃO DE ONTEM DO SENADO FEDERAL FOI PRESIDIDA PELOS SENADORES ANTONIO CARLOS MAGALHÃES, JOSÉ ALVES E LÚCIO ALCÁNTARA

### MESA DO SENADO FEDERAL

Presidente: Antonio Carlos Magalhães - 1º Vice-Presidente: Geraldo Melo  
2º Vice-Presidente: Júnia Marise - 1º Secretário: Ronaldo Cunha Lima  
2º Secretário: Carlos Patrocínio - 3º Secretário: Flaviano Melo  
4º Secretário: Lucídio Portella  
Suplentes de Secretário: Emília Fernandes - Lúdio Coelho -  
Joel de Holanda - Marluce Pinto

Diretor-Geral do Senado: Agaciel da Silva Maia  
Secretário-Geral da Mesa: Raimundo Carreiro Silva

Senado na Internet - <http://www.senado.gov.br>

O Jornal do Senado é distribuído também nos vãos da Vasp, Varig, Transbrasil e Líder que saem de Brasília

### Jornal do Senado

Órgão do Senado Federal (Ato da Comissão Diretora nº 20, de 1996)  
- Endereço: Praça dos Três Poderes, Ed. Anexo I do Senado Federal, 15º e 16º andares, CEP 70165-920 - Telefones: (061) 311-3331 - 311-3333 - 311-3335 e Fax: 311-3137 - Brasília - DF

Diretor da Secretaria de Comunicação Social - Fernando Cesar Mesquita  
Diretor de Divulgação e Integração - Helival Rios  
Diretor do Jornal do Senado - Flávio de Mattos  
Diretor da Agência Senado - José do Carmo Andrade  
Editores - Djalba Lima, Edson de Almeida e José Humberto Mancuso  
Diagramação - Sérgio Luiz e Wesley Carvalho  
Fotos - Célio Azevedo, Márcia Kalume, Adão Nascimento, Jane Araújo e Júlio Essucy  
Revisão - Lindolfo Amaral e Fernando Varela  
Veja no Diário do Senado a íntegra dos projetos e pronunciamentos citados.